

Paraguai faz leilão de energia que não pode entregar ao Brasil



Usina de Itaipu Binacional, na fronteira entre Brasil e Paraguai | Rubens Fraulin - 14.jul.23/Divulgação

Paraguai leiloa energia que não pode entregar ao Brasil

País diz que usará conexão de Itaipu; técnicos do setor duvidam de operação

Alexa Salomão

SÃO PAULO — O Paraguai agendou para esta sexta (26) o primeiro leilão para venda de sua energia ao mercado livre no Brasil. A operação foi acertada entre o governo do país vizinho e o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia), dentro do acordo que encerrara o impasse sobre o valor da tarifa da hidrelétrica de Itaipu.

A integração energética regional é uma bandeira antiga e bem-vinda no setor, mas especialistas estranham a pressa na realização do certame, por dois motivos principais.

Primeiro porque o Brasil não precisa de energia. Há sobrefortea no mercado interno. Segundo porque, apesar de o acordo liberar a transação dentro das regras em vigor, o processo exige revisões legais e ajustes técnicos.

Isso porque, para diversos profissionais do setor elétrico ouvidos pela reportagem, pelo que está posto até agora, a única alternativa para o Paraguai vender energia no mercado livre do Brasil é fazendo uma operação que use a sua cota em Itaipu — a alternativa, porém, exige mudanças nas normas do tratado que rege a operação na binacional.

Os comercializadores mostram enorme interesse em entender o leilão. Um dos eventos realizados pela Abraacee, entidade do segmento, reuniu mais de 800 representantes dessas empresas para

dirimir dúvidas. Comercializadores são defensores da integração energética e querem acesso a oferta de energia competitiva, sobretudo energia renovável, caso da proposta. O Paraguai está ofertando 100 MW médios (mega-watts médios) de excedentes produzidos por hidrelétricas.

Mas há riscos e incertezas. O edital do leilão diz que vencerá quem oferecer o maior preço, pelo prazo mais longo e conseguir fazer pagamentos antecipados anualmente.

Para entregar a energia, a Ande (estatal paraguaia responsável pelo leilão), diz que vai usar a conexão da usina de Itaipu, na margem direita (como é chamado o lado do Paraguai no jargão da binacional). A comercializadora que vencer o leilão deve internalizar a energia no mercado livre brasileiro por sua conta, assumindo todos os custos.

Segundo informou a Ande à Folha, a fonte seria a usina de Acaray, a fonte seria a usina de Acaray, a outra hidrelétrica, Yacyretá, é empreendimento binacional com a Argentina, sem conexão com Itaipu.

Técnicos do setor, porém, dizem que, por ora, não há como a energia ingressar no Brasil.

Primeiro, por causa das condições de Acaray. Segundo, relatório de especialista que acompanha o leilão, a potência de Acaray é 234 MW e a energia firme, de 53,5 MW médios. Uma das quatro unidades da usina está fora de operação, por problemas no ge-

PROGRAMA	
9 de Julio de 2024 - Local: Sheraton Asunción Hotel Asunción - Paraguay	
HORARIO	ACTIVIDAD
08:30 a 08:30	INICIO - ACREDITACIONES
08:30 a 08:50	ACTO DE APERTURA Palabras de Autoridades
08:50 a 09:20	Presentación del Concurso de Precios de 100 MW Medios de Acaray para Ambiente de Contratación Libre (ACL) del Mercado Eléctrico Brasileño (MEB).
09:20 a 09:45	Ministerio de Minas y Energía (MME) de Brasil.
09:45 a 10:10	Operador Nacional del Sistema Eléctrico (ONS) de Brasil.
10:10 a 10:40	COFFEE BREAK
10:40 a 11:05	Cámara de Comercialización de Energía Eléctrica (CCEE) de Brasil.
11:05 a 11:20	Preguntas
11:20 a 12:20	Asociación Brasileña de los Comercializadores de Energía (ABRACCEL) de Brasil.
12:20 a 12:25	Preguntas
12:25 a 12:30	ACTO DE CIERRE

Cronograma do evento que tratou do leilão de energia no Paraguai | Reprodução

rador. Desde janeiro de 2023, Acaray gerou 94,1 MW médios. Nesse período, só produziu os 100 MW médios, volume que pretende exportar para o Brasil, em 42,6% do tempo.

A Ande já lançou um edital para revitalizar Acaray e suas linhas de transmissão, mas

com um prazo de 45 meses.

Ainda que houvesse farta oferta de energia da Acaray, outro especialista diz que tecnicamente, como o sistema de Itaipu opera hoje, não é possível que a energia paraguaia seja entregue pela subestação da margem direita, seguindo

pelo elo de corrente contínua de Furnas, única rota para entrar na rede nacional brasileira. Há barreiras físicas.

Segundo ele, estudos muito conhecidos no setor demonstram que o sistema de Furnas foi projetado para o trânsito de elétrons gerados por Itaipu. Se a energia fluir pelo Paraguai, no sentido oposto, seria interpretada pelo sistema de proteção como anomalia, acionando travas especiais que poderiam até desligar a conexão dessa subestação com Itaipu e, consequentemente, o elo de Furnas.

Outro conhecedor do setor diz que há uma questão regulatória. O artigo 6º da lei 5.899/73, que trata dos serviços de eletricidade da binacional, definiu que o sistema de transmissão de corrente contínua de Furnas é dedicado à energia de Itaipu.

Ou seja, muitos seriam os ajustes para viabilizar a proposta, já em curso, do leilão desta sexta.

A Ande fez um evento no Paraguai para sanar dúvidas. Além de executivos de comercializadoras brasileiras, estavam representantes do MME, do ONS (Operador Nacional do Sistema) e da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), o que foi interpretado como apoio institucional do Brasil ao leilão. O representante da Ande, respondendo a dúvida da plateia, disse que a entrega da energia será escritural — ou seja, não haverá entrega física.

Fixou-se, assim, a percepção que a energia de Acaray não vai mesmo entrar na rede brasileira. Os presentes entenderam que será feito um swap, operação que prevê troca: outra energia deve ser entregue do lado de cá da fronteira.

Em mensagens pelo WhatsApp com a reportagem da Folha, o diretor de Planejamento da Ande, Francisco Escudero, explicou que detalhes do processo ainda dependem de tratativas do governo brasileiro.

Primeiro disse que o Paraguai entregava a sua energia ao Brasil pela conexão de Foz de Iguaçu, no Paraná. Ao ser lembrado que essa rota está desativada há décadas, sem condições operacionais, afirmou que a entrega da energia leiloada ocorreria pela conexão de Itaipu. Ao ser novamente alertado para a atual impossibilidade técnica dessa alternativa, Escudero passou a discorrer sobre o swap.

“Como o Paraguai transfere boa parte de seu direito [de uso da energia] em Itaipu Binacional [para o Brasil], serão deduzidos dessa transferência os 100 MW médios vendidos pela Ande ao agente comercializador do ACL [Ambiente de Contratação Livre] que for adjudicado na competição de

preços. Isso [a possibilidade] existe e consta na ata do conselho de administração da binacional Itaipu. Deve ser regulamentado e operacionalizado pelo MME do Brasil, que está trabalhando nisso”, escreveu Escudero.

Ao longo da troca de mensagens, ele não esclareceu qual seria a fonte para eventual swap e negou que a energia de Itaipu vá compensar a de Acaray no mercado interno para viabilizar o leilão.

Pela regra atual, toda energia que um sócio não consumir obrigatoriamente é cedida ao outro sócio. Não há excedente de Itaipu que possa ser vendido em nenhum mercado. Como o Paraguai não usa toda a sua parte, consumidores brasileiros atualmente custeiam cerca de 85% da energia gerada pela binacional.

Um especialista que conhece a história de Itaipu explicou à Folha que esse tipo swap já foi discutido internamente no passado. No entanto, como a operação é muito complexa — e, se mal feita, pode até levar à venda de energia já paga pelos consumidores de Itaipu —, o projeto não evoluiu.

Oito especialistas do setor disseram que para viabilizar a operação utilizando a energia de Itaipu será preciso cumprir um longo rito, que inclui rever o Anexo C do tratado, e apresentar as alterações para os corpos diplomáticos e os congressos dos dois países.

Procurados, Ministério de Minas e Energia, ONS, CCEE e Itaipu não responderam qual será a fonte de energia para a entrega física no Brasil.

O MME disse que trabalha para que venda da energia do Paraguai para o mercado livre brasileiro ocorra dentro dos melhores trâmites.

“Cabe ao MME fazer a devida regulamentação, que já está em elaboração na pasta e foi amplamente discutida entre as partes interessadas.” Destacou, ainda, que observa os efeitos para os consumidores. “Se a eventual oferta do Paraguai, dentro de regulamentação que venha a ser estabelecida, apresentar preços inferiores ao preço da oferta interna do mercado brasileiro, tal operação representaria redução de custo aos consumidores brasileiros.”

O ONS enviou nota afirmando que “a importação de energia do Paraguai para o Brasil é tecnicamente viável por meio da conexão elétrica existente entre os sistemas paraguaio e brasileiro através do elo de corrente contínua de Itaipu”.

A CCEE disse que atuará, no âmbito de suas atribuições, conforme a regulamentação estabelecida pelos órgãos competentes para viabilizar a comercialização da energia que vier a ser importada.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: P Pagina: 1